

Lições de mestres

Jornal Valor Econômico – Suplemento Eu & Fim de Semana 29/abril/2005

Uma piada recorrente em rodas de acadêmicos diz que a economia é o único campo do conhecimento no qual duas pessoas podem ganhar um Prêmio Nobel com afirmações exatamente opostas. Nesta edição especial do "Eu & Fim de Semana", em comemoração aos cinco anos do Valor, a história parece se comprovar. Em cinco entrevistas com cinco ganhadores do Prêmio Nobel, o consenso está longe de ser alcançado. Joseph Stiglitz, Douglass North, Robert Merton e Robert Lucas (ganhadores do prêmio de Economia) e Adolfo Pérez Esquivel (Paz) têm leituras distintamente fundamentadas de questões atuais, como taxa de juros, tamanho do Estado, papel do mercado, investimento direto, déficit americano, instituições e FMI.



Da esquerda para a direita, Joseph Stiglitz, Adolfo Pérez Esquivel, Douglass North, Robert Merton e Robert Lucas, em fotomontagem realizada por Beto Nejme

No campo macroeconômico, Stiglitz está de um lado, e Lucas, no outro. North situa-se no meio do caminho. O Consenso de Washington é o alvo central do debate. Stiglitz o considera protagonista das crises que afetaram a economia internacional nos anos 90, por causa da defesa, sobretudo, da ampla liberalização dos mercados. Lucas, porém, avalia que o consenso permanece irretocável. O mercado, em sua opinião, deve ser regido pelo mercado, como sugerem os economistas de sua escola, a da Universidade de Chicago. Foi lá que se deu o tom das políticas dos bancos centrais da América Latina, incluindo o Brasil. Sua linha de pensamento ganhou dimensão nos anos 70, quando o monetarismo e a doutrina do equilíbrio orçamentário e alinhamento dos preços tornaram-se hegemônicos. Ainda na contraposição a Stiglitz, que credita o fraco desempenho econômico do Brasil às elevadas taxas de juros, Lucas diz não haver relação comprovada de juros altos e crescimento baixo. Importante, afirma o professor de Chicago, é ter como objetivo a aplicação de metas para reduzir a inflação.

Para contrabalançar o poder do Estado e do mercado, no entanto, North recomenda o fortalecimento das instituições, que dão a cada lado o peso correto de suas atribuições. Apesar de North ter destacado a importância do apoio institucional ainda nos anos 70, só recentemente esse aspecto ganhou expressão ao lado do livre comércio.

Na área financeira, Merton apresenta uma nova tese, que certamente se opõe aos preceitos de neo-keynesianos como Stiglitz. Ele propõe um esquema de permuta internacional de riscos (swap) para países poderem investir apenas em setores nos quais sejam de fato competitivos.

A última entrevista desta edição é com o argentino Esquivel, para quem a maneira como se administra a economia de um país não deve estar isolada da questão dos direitos humanos. A economia, para ele, não se resume a somar e subtrair. "Por trás destas somas há rostos de homens, mulheres e crianças que estão nos questionando, nos interpelando em relação à sua situação."

Joseph Stiglitz

Economista avalia que juros altos esfriam a economia, mas acredita que a não renovação do acordo com o FMI poderá conduzir o Brasil ao rumo certo

Revolução inacabada

Por Robinson Borges

O economista americano Joseph Stiglitz, 62 anos, deixou de lado a metralhadora giratória que marcou sua retórica nos últimos anos. Mas isso não significa que tenha abandonado as críticas a seus alvos preferenciais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial (Bird) e o Departamento do Tesouro dos EUA. Stiglitz, que recebeu o Prêmio Nobel de Economia em 2001, está apenas num período de tregua, entenda-se. Ele ainda considera que os males que acometeram as economias da América Latina e da Ásia, nos anos 90, têm como causa as políticas macroeconômicas defendidas por seus três adversários principais. O combativo professor da Universidade Columbia afirma, no entanto, que o contexto do pensamento econômico desta década é bem diferente da passada, quando iniciou sua guerra contra o Consenso de Washington, o decálogo neoliberal que inspirou as políticas aplicadas nas duas regiões.



"Há cinco anos, quando escrevi sobre o fracasso do Consenso de Washington, fui uma das poucas pessoas que falavam a respeito. Hoje, quase todos concordam. Houve uma revolução no pensamento, mas ainda não há uma alternativa", disse Stiglitz ao Valor.

A alta taxa de juros que "assombra e aprisiona" a economia brasileira, na opinião de Stiglitz, ainda é um efeito colateral das orientações do FMI. Por esse motivo, ele vê com bons olhos a não renovação do acordo com o Fundo pelo governo brasileiro. Essa nova fase pode ser um passo importante na viagem rumo ao crescimento "sustentado". "O Brasil já se mostrou capaz de cuidar de seus problemas. Então, é muito razoável que o país queira gerenciar seu programa monetário por conta própria."

Ex-economista-chefe do Banco Mundial e ex-chefe dos conselheiros econômicos do presidente Bill Clinton, Stiglitz observa que o Brasil só será o "país do futuro" que há tempos sonha ser se deixar de lado as políticas direcionadas aos mercados financeiros de curto prazo e passar a atrair investimentos de longo prazo.

Na entrevista a seguir, o neo-keynesiano Stiglitz, considerado um dos mais importantes pensadores da economia dos últimos 50 anos pelo "New York Times", fala sobre o impacto da desvalorização do dólar na economia, critica a política macroeconômica de Bush - e os déficits gêmeos dos EUA -, reclama da indicação de Paul Wolfowitz para o Bird e diz estar satisfeito com as decisões da Argentina em relação ao FMI. Também comenta sua nova teoria, que caminha na contramão dos monetaristas. Em sua visão, a economia mundial deve ter seu foco na oferta de crédito.

Valor: *Quais razões fazem com que o Brasil tenha tantas dificuldades para alcançar o dito crescimento "sustentado"?*

Joseph Stiglitz: A taxa de juros é provavelmente uma das principais razões. Há outros fatores, como a taxa de poupança, que ainda é inferior à dos países do Leste Asiático. O governo também não investia suficientemente em educação até dez anos atrás. Então, o sistema educacional não é o ideal. Acho que as grandes desigualdades existentes no Brasil contribuíram para os problemas relacionados ao crescimento do país.

Valor: *O senhor vê alguma ligação entre as taxas de juros no Brasil - as mais altas do mundo na atualidade - e o sistema bancário do país, que, na sua opinião, é pouco competitivo?*

Stiglitz: As altas taxas de juros, assim como a discrepância entre a taxa de depósito e a taxa de empréstimo, estão entre os fatores de desaceleração da economia brasileira, que não tem apresentado desempenho tão bom quanto nas décadas anteriores. É claro que a década de 1980 foi horrível, mas antes disso, nas décadas de 50, 60 e 70, o Brasil estava crescendo a 5%, 6% ao ano. Agora o crescimento é desapontador e uma das razões para isso, repito, são as altas taxas de juros. É evidente que há algo errado quando as taxas permanecem tão elevadas.

Valor: *O presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi eleito com a bandeira da política social, mas tem sido criticado nessa área. A que o senhor atribui esse fraco desempenho?*

Stiglitz: Quando Lula assumiu a presidência, o governo anterior já havia solucionado alguns problemas. A inflação havia sido reduzida, mas não houve a adoção de medidas capazes de reduzir a pobreza. Enquanto isso, o país contraiu uma dívida enorme. Um dos problemas de Lula é o fato de ter recebido esse legado. Isso limitou sua capacidade de fazer tudo o que gostaria de ter feito com relação ao problema da miséria, especialmente por causa da grande dívida externa. Lula adotou uma estratégia recomendada por muitos economistas e criticada por vários outros: uma política monetária conservadora.

Valor: *O senhor se coloca em qual lado?*

Stiglitz: Estou entre os que se preocupam. A economia está crescendo mais rápido do que antes, mas isso provavelmente se deve ao fato de que os preços das matérias-primas subiram. O Brasil pagou um preço alto por essa política e os dividendos ainda não foram colhidos, mas ainda pode dar certo. É cedo demais para saber.

Valor: *Recentemente, o senhor afirmou que um aumento da renda média não é suficiente para aumentar a renda dos pobres no longo prazo. Como acha que o problema da distribuição de renda pode ser resolvido?*

Stiglitz: Não existe solução fácil. O que queria dizer é que a economia não é tão simples. Algumas pessoas acreditam que basta aumentar a renda e todos se beneficiarão. Isso não é verdade e cito um exemplo o tempo todo: os EUA. A renda cresceu nos últimos quatro anos. Mas a renda média dos lares de classe média - não dos lares pobres, mas de classe média - diminuiu. Os ricos estão ficando mais ricos, mas até a classe média está ficando pobre. Essa é uma lição importante, mas evitar isso é uma questão muito

mais difícil. Sabemos de algumas coisas. Por exemplo, que expor os países a altos níveis de volatilidade econômica e desemprego é prejudicial às pessoas mais pobres.

Valor: *Um dos temas que têm preocupado economistas é o poder econômico da China em comparação aos EUA , que tem criado um alto déficit para os americanos...*

Stiglitz: Acabo de voltar da China e todos que vão para lá ficam impressionados com o forte crescimento que o país manteve nos últimos 25 anos. É um dos grandes feitos da história. A quantidade de pessoas que foram retiradas da pobreza nos últimos 25 anos é notável e isso foi feito com base em um pacote muito singular de políticas econômicas. Apesar de o crescimento ter sido muito rápido e dar todos os sinais de que vai continuar, a China ainda é muito mais pobre do que os EUA, sua renda per capita ainda é muito inferior à dos EUA. Mas a economia da China tem um vigor impressionante. O setor manufatureiro chinês está ganhando importância. O setor manufatureiro americano ainda é maior do que o chinês, mas está em declínio, ao passo que na China está em ascensão vertiginosa. Muitos dos problemas do país na atualidade, como o déficit na balança comercial com os EUA, se devem ao mau gerenciamento macroeconômico dos EUA: o enorme déficit fiscal e o nível baixo da poupança nacional geram esses desequilíbrios. A culpa não é da China.

Valor: *O problema está no governo Bush?*

Stiglitz: Sim. O mau gerenciamento macroeconômico do governo dos EUA é a causa fundamental do problema, e não a política cambial da China. A instabilidade do dólar é um dilema para a economia global e o dólar sempre foi a principal moeda internacional. No entanto, com déficits imensos se acumulando, existe cada vez menos confiança no dólar e essa instabilidade não é boa para a economia global.

Valor: *A desvalorização do dólar terá um impacto muito negativo para a economia do Brasil, dependente de exportações e do cenário externo?*

Stiglitz: Em primeiro lugar, a desvalorização gerou muita instabilidade nos mercados financeiros globais. As pessoas não sabem quais serão as taxas de câmbio, os investidores de longo prazo não sabem em que investir. Isso é ruim para a economia global. Em segundo lugar, o dólar está fraco há tanto tempo que gerou uma alteração fundamental no sistema global de reservas. Antigamente, as pessoas acreditavam que era preciso ter reservas em dólares. Agora, perceberam que o dólar não é uma moeda muito boa para as reservas, é muito arriscado. Por isso, estão diversificando seus portfólios, colocando seu dinheiro em euros e outros investimentos.

Valor: *O governo Lula decidiu não renovar seu acordo com o FMI. O que acha dessa decisão?*

"O Brasil deve ter espaço para modificar sua política sem que estrangeiros o fiquem vigiando. Isso compromete a soberania"

Stiglitz: Acho que foi uma decisão excelente. Faz muito mais sentido que os países tenham sua própria política econômica. O Brasil deve ter espaço para modificar sua política sem que estrangeiros fiquem vigiando o país o tempo todo. Isso compromete a soberania. O Brasil já se mostrou capaz de cuidar de seus problemas. Então, é muito razoável que o país queira gerenciar seu programa monetário por conta própria.

Valor: *O senhor considera que essa decisão vai atrair investimentos externos?*

Stiglitz: Em muitos casos, os programas do FMI não são favoráveis ao investimento externo direto porque em geral causam recessão. As políticas do FMI são muito mais voltadas para os mercados financeiros de curto prazo e para atrair capital de curto prazo. O capital de curto prazo não é a base do crescimento econômico.

Valor: *O senhor continua aplaudindo as decisões da Argentina em relação ao FMI?*

Stiglitz: Acho que fazem sentido. A Argentina disse: "Não vamos nos expor ao perigo como fizeram tantos outros países. Não vamos pagar uma parcela tão pequena de nossa dívida que, em três anos, ainda teremos o mesmo problema." O país passou por uma situação muito traumática, quer deixar isso para trás. Com muita frequência, o FMI usou metas irreais para as taxas de crescimento e de juros. O governo argentino decidiu, agora, utilizar números realistas, o que significa que, se a economia crescer mais rápido, os investidores vão lucrar mais.

Valor: *No ano passado, houve reuniões para repensar o FMI em seus 60 anos de existência. O senhor acha que o organismo está se aperfeiçoando ou suas críticas ainda são válidas?*

Stiglitz: O FMI está seguindo na direção certa, mas muito lentamente. Por exemplo, um dos principais aspectos que critico é a liberalização do mercado de capitais ocorrida durante a década de 90 e os enormes prejuízos que isso causou no Leste Asiático e na América Latina. O FMI queria que outros países liberalizassem seus mercados de capitais. Finalmente, eles fizeram uma pesquisa e chegaram à mesma conclusão a que eu já havia chegado: a liberalização dos mercados de capitais é prejudicial à estabilidade e ao crescimento. Admitiram a questão, mas só puseram isso em prática parcialmente. Assim como reconheceram que as condições que impunham eram excessivas, mas não puseram isso em prática por completo. Quando me refiro ao FMI, não estou me referindo apenas ao FMI e sua equipe, mas também a alguns políticos, inclusive o governo dos EUA e seu Departamento do Tesouro.

Valor: *O FMI e o Departamento do Tesouro dos EUA continuam sendo as instituições públicas menos transparentes, na sua opinião?*

Stiglitz: Sim. E ainda não atingiram o padrão de transparência que se espera da maioria dos governos democráticos.

Valor: *A escolha de Paul Wolfowitz para a presidência do Banco Mundial pode ser um sintoma desse modo de operar?*

Stiglitz: Isso mostra que o problema da falta de transparência não é exclusivo do FMI, mas está presente também no Banco Mundial. É um processo muito antidemocrático e todos os jornais estão criticando isso, o "New York Times", o "Financial Times". Quase todos concordam que essa não é a forma correta de administrar instituições internacionais. Existem pessoas muito mais qualificadas nos países em desenvolvimento, mas essas pessoas não são americanas. Contudo, já fizeram mais pesquisas, têm mais experiência política, não têm as deficiências que Wolfowitz leva consigo para a presidência.

Valor: *Qual será o perfil da gestão Wolfowitz?*

Stiglitz: Espero que ele cumpra suas novas responsabilidades como um servidor público internacional, não como um agente americano. Espero que priorize o problema da pobreza, que é a missão do Banco Mundial. Obviamente, é cedo demais para saber o que ele vai fazer. Muita gente ainda se lembra de que Robert McNamara (secretário de Defesa de Kennedy e Lyndon Johnson) acabou sendo um dos grandes presidentes do Banco Mundial. Foi o primeiro a enfatizar a importância de se reduzir a pobreza.

Valor: *Em seu último livro, "Rumo a um Novo Paradigma em Economia Monetária", o senhor afirma que a força da economia hoje está ligada ao crédito. Quais as implicações que essa nova ordem econômica traz para o mundo?*

Stiglitz: O livro enfatiza a política monetária e sua função reguladora da economia, em particular uma visão que se tinha há cerca de 20 anos - e que alguns ainda têm - de que é preciso concentrar-se na oferta de dinheiro. Digo que é preciso concentrar-se na oferta de crédito.

Valor: *Essa situação, na qual o crédito é tão importante, é essencial para compreender o funcionamento dos bancos, porque são eles que concedem o crédito, certo?*

Stiglitz: Exatamente. Por isso é muito importante analisar as instituições de crédito: o funcionamento dos bancos, a concorrência no setor bancário, as diferenças entre bancos estrangeiros e nacionais, sua capacidade de reconhecer diferenças entre empresas de pequeno e médio porte.

Valor: *No ano passado, os bancos no Brasil tiveram lucros extraordinários. Isso se deve à falta de competitividade nesse setor ou é um problema relacionado à regulamentação do segmento?*

Stiglitz: Lucros altos geralmente indicam falta de concorrência. A competição no sistema bancário é imperfeita, mesmo quando há diversos bancos, porque cada banco pode ter seu próprio nicho de mercado. Assim, mesmo nos EUA - onde há milhares de bancos -, se você quer fazer um pequeno empréstimo no Estado de Washington, por exemplo, é possível que apenas um, dois, ou no máximo três bancos se disponham a emprestar o dinheiro. O mercado não é nada competitivo. O resultado disso é que a disparidade entre a taxa de depósito e a taxa de empréstimo pode ser muito grande. Nos EUA, o setor de cartões de crédito também apresenta margens muito altas.

Valor: *Qual a situação internacional do sistema bancário?*

Stiglitz: Um dos temas abordados em meu livro é a forte conexão entre as políticas macroeconômicas e as políticas regulatórias. Se não há uma boa regulamentação dos bancos, isso pode ter efeitos macroeconômicos. Isso aconteceu em diversos lugares. Se a regulamentação é insuficiente, pode surgir uma bolha; quando a bolha estoura, isso pode resultar em excesso de regulamentação, reduzindo a oferta de crédito e, conseqüentemente, gerando recessão. Nos EUA, na década de 1980, durante o governo de Ronald Reagan, a regulamentação foi insuficiente, resultando no colapso das instituições de poupança e empréstimo, que são uma parte importante do sistema financeiro americano. A reação do governo foi criar regulamentações excessivas para os padrões de crédito, gerando outro resultado negativo, porque o crédito se tornou muito difícil de obter.

Douglass North

Economista da Universidade de Washington propõe o aprimoramento das instituições para contrabalançar as forças do Estado e do mercado e estimular o crescimento

Contrapesos necessários

Por Robinson Borges

Muito antes de o termo "instituição" ser usado como parceiro ideal do livre mercado, o economista Douglass North, 85 anos, já defendia que, sem apoio institucional, o processo de redução do Estado nas economias emergentes poderia resultar num retumbante fracasso. "Não foi por falta de aviso aos neoliberais que a década de 1990 foi marcada por crises, como a da América Latina e a do Leste Asiático", disse North em entrevista ao Valor.

Em 1993, North recebeu o Prêmio Nobel de Economia por seus trabalhos sobre as razões que levaram ao desenvolvimento de longo prazo na Europa e nos EUA, como também por sua análise pioneira sobre a importância das instituições para o crescimento das economias. O apoio institucional, diz North, revelou-se fundamental para contrabalançar a força do Estado e do mercado e para incentivar o crescimento. Seus estudos deram origem ao que se chama de "neo-institucionalismo".



"Em sua maioria, os Estados geram riqueza para aqueles que os controlam, prejudicando todos os demais. É muito difícil criar um Estado que possibilite a existência de sistemas econômicos e políticos de acesso livre, isto é, sistemas nos quais seja possível entrar nos mercados econômico e político. Essa é uma condição essencial para que se tenha um país de alta renda", comenta.

Professor da Universidade de Washington, North acaba de lançar o livro "Understanding the Process of Economic Change" (Princeton University Press), no qual afirma que os direitos de propriedade e o custo das transações são elementos institucionais determinantes para apoiar uma sociedade de mercado. Conceituado historiador da economia, North também discute os motivos que levaram a América Latina a adotar instituições mais frágeis do que os EUA, apesar da contemporaneidade dos processos de independência.

"A América Latina foi colonizada pelos espanhóis e pelos portugueses. Eles não tinham em mente o desenvolvimento econômico. Sendo assim, criou-se um conjunto de instituições que não permitia o direito à propriedade e não permitia a democracia", explica North.

Apesar do peso histórico, North observa que o Brasil se saiu melhor que a maioria dos outros países latino-americanos nos últimos 20 anos. "Vocês ainda têm muitos problemas,

mas acho que Lula está no caminho certo. O presidente tomou algumas decisões que funcionaram muito bem até agora, apesar de ter sacrificado o apoio da esquerda, dos sindicatos etc."

Leia, a seguir, os principais trechos da entrevista de North ao Valor.

Valor: *Nos anos 1990, o mantra do Consenso de Washington parecia ser "é preciso ter o preço certo". Hoje, alguns dos intelectuais que formularam o consenso defendem que o mantra deve ser "é preciso ter a instituição certa". O senhor acredita que as instituições são mais importantes para o livre mercado do que na década anterior?*

Douglass North: Acho que as instituições sempre foram importantes. O que mudou é que a teoria não levava essa importância em consideração. Uma das razões pelas quais fracassamos em promover o desenvolvimento econômico no mundo é o fato de não termos posto em prática uma boa teoria das instituições, uma teoria que nos permitisse incentivar o crescimento econômico. Em sua maioria, os Estados geram riqueza para aqueles que os controlam, prejudicando todos os demais. É muito difícil criar um Estado que possibilite a existência de sistemas econômicos e políticos de acesso livre, isto é, sistemas nos quais seja possível entrar nos mercados econômico e político. Essa é uma condição essencial para que se tenha um país de alta renda.

Valor: *Como se pode fazer isso?*

North: É muito difícil, porque o que existe no mundo é o que chamo de Estado natural. O Estado natural é aquele em que existem grupos políticos e econômicos que, juntos, capturam as riquezas, limitando mercados e criando monopólios. Dessa forma, esses grupos lucram, mas impedem o crescimento econômico. Isso ainda acontece em grande parte do mundo, na maior parte da América Latina, inclusive no Brasil. Para sair dessa situação e criar mercados de acesso livre, é preciso eliminar as restrições econômicas e políticas à entrada no mercado.

Valor: *Por que as instituições latino-americanas são mais atrasadas, em termos de eficiência, se comparadas às instituições americanas? Quais as razões históricas para isso?*

North: A América Latina foi colonizada pelos espanhóis e pelos portugueses. Eles não tinham em mente o desenvolvimento econômico. Sendo assim, criou-se um conjunto de instituições que não permitia o direito à propriedade, não permitia a democracia. Logo, durante os primeiros 200 anos de colonização da América Latina, só existiam monopólios concedidos pelo Estado aos mercadores, ou então esses países recebiam ajuda de Madri, ou de Lisboa, no caso do Brasil. Isso não gera crescimento econômico. Há também o fato de que os EUA foram colonizados pelos britânicos, que não se importavam muito conosco, porque não tínhamos ouro nem prata. Assim, eles nos deram autonomia governamental, nossas colônias sempre tiveram governos próprios. E trouxemos conosco a estrutura de direito à propriedade, desenvolvida na Inglaterra, que era uma estrutura eficaz de posse da terra. O resultado é que tivemos uma vantagem inicial e, quando nos tornamos independentes, no início do século XIX, tínhamos uma estrutura que viabilizava uma economia próspera.

Valor: *Os países latino-americanos se tornaram independentes no século XIX e alguns copiaram a Constituição dos EUA. Por que isso não foi suficiente para criarem instituições eficazes?*

North: Porque tinham as mesmas regras formais, mas sem as mesmas normas e fiscalização. Os resultados foram desastrosamente diferentes. A América Latina, em sua maior parte, passou 50 anos entre conflitos internos e revoluções para decidir quem deveria governar após a expulsão dos espanhóis. E essa herança ainda está com vocês. Nos países latino-americanos que conheço, ainda há um poder executivo forte, um poder legislativo fraco e, o que é pior, as regras são mudadas a todo momento. Isso impede o desenvolvimento econômico. Todos esses fatores prejudicaram o desenvolvimento econômico da América Latina.

Valor: *O senhor crê que hoje as instituições estejam sendo fortalecidas na América Latina?*

North: O Chile vem desenvolvendo instituições que aparentemente vão sobreviver. É claro que, levando em conta o que aconteceu com Pinochet e companhia, é preciso esperar mais alguns anos para ver o que ocorre. A América Latina sempre teve um crescimento com interrupções e retomadas. A Argentina é o exemplo clássico: era um país de alta renda nas décadas de 20 e 30, tornou-se um país de Terceiro Mundo entre 40 e 80 e em seguida melhorou por um período breve, até que a estrutura institucional levou novamente ao caos.

Valor: *No Brasil, comemoram-se, neste mês, 20 anos em que o país é governado por presidentes civis, depois de uma longa ditadura militar. As instituições no país estão mais bem-estruturadas desde então?*

North: O Brasil se saiu muito melhor que a maioria dos outros países latino-americanos nos últimos 20 anos. Vocês ainda têm muitos problemas, mas acho que Lula está no caminho certo. O presidente fez algumas coisas que funcionaram muito bem até agora, apesar de ter sacrificado o apoio da esquerda, dos sindicatos etc. São decisões que, no longo prazo, vão permitir um governo melhor e uma economia melhor.

"O petróleo é uma maldição; incentiva os países a não desenvolverem todo o seu potencial e a depender só desse recurso natural"

Valor: *O presidente Lula governa sob a retórica da redução da pobreza. Como melhores instituições podem minimizar os problemas sociais que ele diz querer eliminar?*

North: É difícil dar uma resposta breve, mas vou lhe dar uma ponderação curta que, portanto, será inadequada. Em primeiro lugar, é preciso incentivar um aumento da produtividade, que é fator essencial de crescimento econômico. Em segundo lugar, é

preciso que as instituições incentivem a distribuição da riqueza entre todos os níveis sociais. É mais ou menos o que Taiwan e Coréia fizeram quando se desenvolveram. Criaram instituições que fomentaram o desenvolvimento não só entre grupos de alta renda, mas também entre grupos de baixa renda. Para tanto, incentivaram investimentos em educação e coisas assim, tornando os grupos de baixa renda muito mais produtivos.

Valor: *O debate sobre o governo Lula, de origem esquerdista, como o senhor disse, implica a discussão sobre a dimensão do Estado com a base do partido. Qual o tamanho ideal do Estado?*

North: O Estado é um dilema fundamental para o desenvolvimento. Por um lado, é preciso ter um Estado suficientemente forte, para garantir o direito à propriedade e fazer valer as leis, obviamente, porque, caso contrário, não há crescimento algum. São os direitos à propriedade que incentivam as pessoas a produzir. Mas se um Estado é suficientemente forte para isso, também é suficientemente forte para ser utilizado por grupos que procuram satisfazer seus próprios interesses, em detrimento dos interesses dos demais.

Valor: *Como o senhor vê a situação na Venezuela, onde há petróleo, um recurso econômico importante, mas onde o presidente é acusado de não respeitar as instituições?*

North: O petróleo é uma maldição. Isso porque incentiva os países a não desenvolverem todo seu potencial e a depender exclusivamente desse recurso natural. Todos querem lucrar com o negócio do petróleo, como aconteceu na Venezuela. Antes de Hugo Chávez chegar ao poder, fui consultor do governo venezuelano. Procurei incentivá-los a reestruturar a indústria petrolífera e a distribuir ações do petróleo a toda a população. Mas o país precisava investir em capital humano, conhecimento e educação, não em bens de consumo. Acho que essa é a única maneira de fazer com que o petróleo gere resultados produtivos. Chávez está concedendo fatias de mercado para apaziguar, no curto prazo, grupos políticos que o apóiam. Isso gera apoio imediato, mas não gera crescimento no longo prazo.

Valor: *O senhor tem estado na China com frequência e tem dito que o país ensina como crescer sem seguir receitas ortodoxas. Qual é o segredo que os chineses usam?*

North: Sim, vou para a China o tempo todo. Se eles conseguirem manter o ritmo, realmente vão chegar lá. Mas eles têm um longo caminho a percorrer e não há como saber se vão conseguir ou não. A China nos ensinou muita coisa sobre porque a maioria das teorias do desenvolvimento está errada. Há dois fatores muito importantes. Um deles é que os chineses não copiaram as instituições ocidentais, como fizeram os países do próprio Ocidente. Eles não têm direitos à propriedade bem desenvolvidos. Utilizaram sua própria herança e conseguiram desenvolver estruturas de incentivo que produzem os mesmos resultados. Os camponeses aumentaram a produção agrícola e as TVEs ("town and village enterprises") promoveram uma enorme expansão na produção de energia elétrica. Esses foram grandes sucessos. A China tem muitos problemas, é um país imenso. Sempre que volto à China fico sabendo de novos problemas. Mas até agora eles se saíram bem; se vão continuar assim, é uma grande incógnita, porque o país ainda é uma ditadura comunista. Até agora sou otimista. Acho que há uma probabilidade de 50% de a China prosseguir sem grandes turbulências no futuro.

Valor: *Como o senhor vê a competição entre a China e os EUA?*

North: Essa é uma pergunta com muitas respostas possíveis. A competição está obrigando os EUA a reestruturarem sua atividade econômica em muitos setores, principalmente os de produção de baixo custo, que exigem grande quantidade de mão-de-obra. Aí os EUA já não são capazes de competir com a China porque aumentaram os impostos etc., mas até agora a competição é positiva. Ela nos obriga a aprender como fazer as coisas de uma maneira melhor.

Valor: *O senhor é um historiador da economia. É possível usar as lições do passado para prever o futuro?*

North: O mundo muda de maneiras sempre novas e diferentes. Portanto, ninguém sabe o que acontecerá no futuro. É fácil constatar isso, se você analisar os problemas que enfrentamos hoje e perguntar a si mesmo se há 30 anos os teríamos imaginado. É claro que não. São problemas novos, relacionados a sistemas de informação, tecnologias etc. São problemas radicalmente diferentes, que funcionam de modo diferente. Prever o futuro é tentar entender hoje o que irá acontecer amanhã. Isso é impossível.

Valor: *Em seu novo livro, o senhor dá muita importância à ciência cognitiva, que estuda o funcionamento da mente e do cérebro, para determinar as instituições que criamos. Como isso acontece?*

North: Tenho dirigido meu foco principal de atenção, nos últimos cinco ou seis anos, para tentar entender o modo como as instituições se desenvolveram, como a mente e o cérebro funcionam e como produzem o sistema de crenças subjacente a tudo que fazemos. Isso levanta uma questão fundamental: com as ciências cognitivas e o desenvolvimento da consciência, nós não só criamos um mundo cheio de pessoas brilhantes, como Einstein, Mozart etc., mas também a capacidade de destruir o mundo - algo que não existia. Por isso, não é tão óbvio prever o futuro. Podemos tomar como exemplo o "11 de Setembro" e eventos do tipo. Respondendo à pergunta anterior, sou otimista, mas com muita reserva em relação ao futuro.

Valor: *Qual é a diferença entre ciência cognitiva e ciência física?*

North: Tudo aquilo que sabemos e fazemos nas ciências sociais está em nossas mentes, diferentemente das ciências físicas. Existe um mundo físico e é possível fazer experimentos, seja com prótons, neurônios ou genes, para testar previsões. Toda a estrutura dos sistemas políticos, econômicos e sociais é só uma construção da mente humana. O funcionamento desses sistemas depende do grau de compreensão que temos, em nossas mentes, do que está acontecendo e dos sistemas complexos que se desenvolveram. Está bem claro que não compreendemos tudo e, por isso, cometemos erros graves. Na verdade, não conseguimos desenvolver sistemas viáveis e que funcionem bem.

Valor: *Há 12 anos, o senhor recebeu o prêmio Nobel de Economia. De que forma a economia nas últimas décadas mudou? Qual a diferença entre a conjuntura econômica daquela época e a conjuntura atual?*

North: Há duas grandes diferenças. Uma delas é que há 12 anos ninguém prestava atenção à economia institucional. Agora ela é levada em conta e esse é um fator positivo. A segunda diferença é que aprendemos que compreender o funcionamento das instituições é extremamente complicado. É muito difícil fazer com que as instituições funcionem, porque são feitas não só de regras formais, como constituições, leis etc., mas também de normas de comportamento informais, muito importantes. Se existem regras escritas, mas todos são desonestos na sociedade, essas regras não fazem diferença alguma.

Robert Merton

O professor de Harvard propõe esquema de permuta internacional de riscos financeiros para evitar perdas com a política convencional de diversificação da economia

Empresas virtuais

Por Robinson Borges

Um país pode ter uma política de investimentos diversificados, embora concentrando recursos apenas em atividades nas quais tenha as melhores condições de competitividade. Esse país entrará e sairá facilmente de outros investimentos, nos quais não seja competitivo, que serão apenas financeiros, não físicos. E administrará seu perfil de risco sem expor-se a situações de dano incontornável, como no caso de insucesso do investimento numa indústria não competitiva. Tudo isso seria possível com a aplicação do conceito de swap de risco-país, desenvolvido por Robert Merton, Prêmio Nobel de Economia de 1997, com base naquilo que já se faz habitualmente nos mercados financeiros por meio do intercâmbio de posições de investimento em operações destinadas a reduzir os "custos de transação". Merton aposta que essa prática deverá tornar-se comum em menos tempo do que se possa imaginar, como disse ao Valor.



"O swap não é um procedimento invasivo. Não requer nenhuma grande alteração nas estruturas de emprego ou industriais, nem no sistema financeiro. Além disso, a política é reversível. Se você fizer um grande swap hoje para modificar os padrões de risco e, daqui a dois anos, decidir que não era isso que queria fazer, tudo bem. Mas se você construir fisicamente uma indústria, não há como voltar atrás", explicou.

A operação de swap tem sido usada por bancos e empresas de investimento em vários países, para minimizar a exposição a diferentes tipos de risco, como os do câmbio, das taxas de juros e do mercado de ações. Mas o sistema de swap de risco-país seria aplicável, por exemplo, ao caso de um país que seja competitivo na produção de automóveis e tenha uma indústria inexpressiva de componentes eletrônicos.

Para reduzir problemas decorrentes do fato de ser dependente de um só setor da economia, esse país tenderia a investir pesadamente no setor em que não é competitivo. Com o swap, porém, poderá fazer um acordo de troca de riscos com um país competitivo em eletrônica, por exemplo, com base em determinado valor, de forma que cada qual pagaria retornos sobre um portfólio internacional de ativos do respectivo setor. Assim, a exposição ao risco do primeiro país ficaria reduzida à diferença de retornos do portfólio do setor automotivo (o seu) e do setor eletrônico.

Apesar de o Brasil ser um país com economia diversificada e recursos naturais, Merton avalia que o swap encontraria campo de aplicação também aqui, por ser um instrumento

para promover o crescimento econômico a longo prazo. "O compartilhamento eficaz de riscos e a existência de um sistema financeiro eficaz podem ser elementos importantes para o crescimento e o desenvolvimento econômico", afirma Merton.

Aos 61 anos, Merton é professor da Universidade de Harvard. Ganhou o Nobel pela criação de um "novo método para determinar o valor dos derivativos". Derivativos são contratos ou títulos cujo valor está relacionado aos movimentos de preço de um outro título, instrumento ou índice. Pode ser utilizado como instrumento de hedge, simplesmente, mas também é conhecido pelo uso amplo em operações que visam apenas a especulação. Para a Academia Sueca de Ciências, a fórmula desenvolvida por Merton "propiciou novos tipos de instrumentos financeiros e facilitou o gerenciamento de riscos na sociedade".

O objetivo de Merton, agora, é dar prosseguimento à difusão de sua nova tese e à aplicação prática do conceito de risco-país. Para isso, fundou a Integrated Finance Limited, dedicada à consultoria de empresas e países interessados nessas operações.

Embora seja um economista respeitado, Merton não traz apenas idéias bem-sucedidas em seu currículo. Foi um dos fundadores da empresa de hedge-fund Long-Term Capital Management, que quebrou em 1998, apenas um ano após o professor receber o Nobel. O colapso do fundo quase provocou um cataclisma financeiro global em plena crise do Sudeste Asiático.

Leia, a seguir, os principais trechos da entrevista concedida ao Valor.

Valor: *O senhor tem defendido que uma saída para oferecer menos riscos a uma nação, que hoje precisa diversificar sua produção industrial para ser competitiva, é recorrer à operação que denomina de swap de risco-país. Como esse mecanismo poderia contrabalançar o perigo de perdas?*

Robert Merton: A idéia central é reduzir a troca entre a busca da vantagem comparativa e a diversificação eficaz dos riscos, que tipicamente leva um país a investir em muitas áreas diferentes, não relacionadas. Esses dois fatores são conflitantes. Sugiro um canal para compartilhar riscos de modo mais eficaz em escala internacional. O problema da diversificação industrial é que, para inaugurar um novo setor num país é preciso investir, contratar funcionários, treiná-los, abrir firmas e protegê-las até que comecem a ter autonomia e, mesmo assim, é quase certo que este país não será tão competitivo quanto outros mais avançados naquela área. Para abrir este novo setor também será preciso mudar o modo como se fazem as coisas naquele determinado país. É preciso que os trabalhadores se qualifiquem para os novos postos, para desempenhar funções diferentes, ao passo que, com a aplicação do swap de risco, o país se livra do alto risco desses investimentos. As pessoas vão para o trabalho hoje exatamente como foram ontem. Nada muda fisicamente na administração dos negócios, nos empregos, nos padrões de comportamento, na estrutura industrial.

Valor: *A idéia é que um país busque sua vantagem comparativa na produção em relação ao mercado internacional e se faça o swap num portfólio internacional do setor?*

Merton: Isso é o que recomendo. Alguns de meus colegas recomendam o mesmo tipo de procedimento, principalmente em países onde é predominante a produção de certas

mercadorias, como o cobre no Chile, o petróleo no México. Não é o caso do Brasil, que possui uma economia muito mais diversificada. É preciso arrecadar o valor capitalizado daquilo que se tem, não os fluxos anuais. Não é apenas o PIB alcançado em determinado ano ou a receita de determinado ano que se torna um fator de risco. Trata-se do valor capitalizado, a receita futura de um setor que gera mais risco. Se você possui ações de uma companhia, não está exposto apenas aos ganhos ou dividendos em determinado ano, mas também aos de anos seguintes, isto é, ao valor capitalizado.

Valor: *Mesmo um país como o Brasil, com recursos naturais e recursos de produção, poderia se beneficiar do swap de risco país?*

Merton: Claro que sim. Obviamente, países menores, com menos vantagens comparativas, provavelmente se beneficiariam mais. Mas em todos esses casos estamos falando de desenvolvimento econômico de longo prazo. O compartilhamento eficaz de riscos e a existência de um sistema financeiro eficaz podem ser elementos importantes para o crescimento e o desenvolvimento econômico. O swap não é um procedimento invasivo; não requer nenhuma grande alteração nas estruturas de emprego ou industriais, nem no sistema financeiro. Além disso, a política é reversível. Se você fizer um grande swap hoje para modificar os padrões de risco e, daqui a dois anos, decidir que não era isso que queria fazer, tudo bem. Mas se construiu uma indústria fisicamente, não há como voltar atrás.

Valor: *O senhor vê conexões com este mecanismo de operação e o usado nas operações de crédito de carbono?*

Merton: Em alguns aspectos, se equivalem. Os contratos de crédito de carbono são para trocar direitos ou oportunidades, que podem reduzir alguns riscos. O swap de risco país é uma aplicação um pouco diferente. A maioria dos países não tem risco diversificado. Grande parte possui relativamente poucos setores nos quais apresenta vantagem comparativa. O ideal seria que, com relação à produção e ao desenvolvimento, os países se concentrassem em sua vantagem comparativa. Digamos que você inaugura uma indústria automobilística e, cinco anos mais tarde, quando tem cem mil pessoas trabalhando, decide que não foi uma boa idéia; não há como voltar atrás. Mas no caso do swap você pode voltar atrás. É só fazer um contrato de "off-setting" - quase sem nenhum impacto sobre a vida no país. No entanto, em se tratando de exposição a riscos, o ideal seria que esses países pudessem diversificá-los globalmente. E a melhor política em termos de diversificação é fazer negócios no mundo inteiro.

Valor: *Aqueles que se orientam pela engenharia econômica se concentram nos aspectos tecnológicos. Acreditam que tecnologia por si só pudesse produzir ganhos econômicos reais para determinado país ou região. Eles estão certos?*

“O problema da diversificação industrial é que para inaugurar um novo setor é preciso investir, contratar, treinar e proteger”.

Merton: É claro que a tecnologia é muito importante - se não há tecnologia, não há base para crescimento. No entanto, você pode ter toda a tecnologia, mas se ela não for desenvolvida ou transformada em realidade econômica, não terá vantagem alguma. E, ao que parece, essa transformação, para aqueles que a estudaram historicamente, é altamente influenciada pela capacidade não só de obter capital, mas também de gerenciar e distribuir riscos. Não se pode fazer uma comparação direta, mas é algo parecido com a discussão sobre como lidar com a fome no mundo. O problema não é a inexistência de alimento em quantidade suficiente, e sim a distribuição: fazer com que o alimento chegue até as pessoas que precisam dele. Esse sistema de distribuição é intangível e a comparação que faço é a seguinte: existe muita tecnologia por aí, mas, a menos que se descubra um meio de implementá-la efetivamente na economia, não haverá crescimento. Se você fala com um ortopedista, ele se concentra em seus ossos; se você fala com um cardiologista, ele se concentra em seu coração; você está falando com um especialista em finanças, que se concentra no sistema financeiro.

Valor: *Mas os países têm questões de soberania. Se os estrangeiros detêm uma grande parcela das ações de uma companhia, não podem surgir conflitos com relação à política governamental?*

Merton: Realmente, podem surgir questões políticas, como quando se ouve dizer que o país vendeu seus melhores bens a um preço muito baixo. Também acontece de investidores estrangeiros temerem expropriações, ou a imposição de controles de capital. Existem aspectos positivos e riscos para ambas as partes.

Valor: *Que importância teria para a eficácia de um swap de risco-país o fato de investidores locais controlarem um setor competitivo*

Merton: É como o mercado mundial de chips, de cobre ou qualquer outro. Os investidores locais ainda detêm controle sobre o setor, as ações ainda são negociadas em mercados locais, se houver um mercado de ações. Assim, evita-se parte do risco de vender as jóias da coroa do país.

Valor: *A melhor estratégia seria começar aplicando swaps aos fundos de pensão e, em seguida, adotar medidas de redução de riscos?*

Merton: Essa pode ser uma maneira natural de implementar o swap, começando pelos fundos de pensão. Gostaria de ser mais preciso e dizer que é assim que se deve fazer, mas estou fornecendo um conceito. Os detalhes da implementação devem ser adaptados para atender ao conjunto de necessidades, o ambiente institucional, a cultura de cada país etc. Não se trata de importar um modelo, porque se trata de um conceito, o conceito de transferir grandes riscos e permitir que o país em questão trabalhe com suas vantagens comparativas, concentrando investimentos em uma variedade relativamente pequena de áreas.

Valor: *De que maneira um sistema financeiro ideal favoreceria o progresso tecnológico?*

Merton: A natureza das coisas é a adaptação para criar conjuntos de instituições e mercados. Uso o termo instituição no sentido amplo, incluindo regulamentos, impostos

etc. É preciso tirar proveito das tecnologias financeiras comprovadamente eficazes e das novas tecnologias físicas - telecomunicações, computação e assim por diante - para criar o maior número possível de canais para investimento e compartilhamento de riscos, para tentar incentivar o empreendedorismo, não necessariamente o empreendedorismo individual, mas também em ambientes empresariais de grande porte. É preciso criar um sistema de distribuição que permita de fato a transformação do progresso tecnológico em realidade econômica, em uma escala que possa ter um impacto significativo sobre um país ou região.

Valor: *É por isso que o senhor diz que as instituições são muito importantes para esse tipo de negócio? Elas representam uma garantia aos investidores estrangeiros?*

Merton: As vantagens de se utilizar swap em vez de empréstimos, investimento direto com recursos domésticos ou investimento direto estrangeiro é que esta transação financeira, por natureza, minimiza bastante o risco de expropriação, porque não há um montante principal a ser expropriado. Em outras palavras, um swap de US\$ 1 bilhão em risco de chips de computador é diferente de um investimento estrangeiro de US\$ 1 bilhão nesse setor ou de um empréstimo de US\$ 1 bilhão. Se houver medidas de controle de capital ou simplesmente uma aquisição, US\$ 1 bilhão será a quantia expropriada, mas, no caso de um swap, não há um montante principal, apenas uma troca de retornos. Logo, a quantia passível de expropriação é muito menor.

Valor: *O senhor acha que será mais fácil para os mercados emergentes a aplicação deste mecanismo de swap de risco-país?*

Merton: Bem, não sou macroeconomista, mas quantas vezes você já ouviu falar de receitas segundo as quais políticas fiscais e monetárias, estabilizações, moedas etc. são importantes para o crescimento e o desenvolvimento econômico? Esses fatores obviamente são importantes, mas no curto prazo.

Valor: *Essa é uma abordagem do FMI: ser muito cuidadoso com a política monetária. No Brasil segue-se essa receita.*

Merton: Sim, mas não estou criticando essas receitas em particular. Só estou dizendo que a ênfase da discussão deve ser outra. Talvez seja adequado dedicar recursos para analisar a estrutura financeira local e encontrar melhores meios de distribuição de riscos, melhores canais de investimento e assim por diante. Não se trata de escolher entre uma ou outra receita. Só estou afirmando que, em geral, a ênfase é colocada nesses elementos que citei. Pessoas como o professor Douglass North [professor da Universidade de Wahington e ganhador do Nobel de 1993] publicaram várias obras indicando que um sistema financeiro em bom funcionamento é um ingrediente importante para incentivar o crescimento econômico de longo prazo, principalmente quando esse sistema tira proveito do progresso tecnológico.

Valor: *O desenvolvimento de um sistema financeiro mais eficaz é a solução definitiva para o desenvolvimento e o crescimento econômico?*

Merton: Só digo que é um fator importante. Existem muitas tecnologias financeiras. Estou falando de tecnologias comprovadas, não experimentais. Elas podem gerar benefícios, estou concentrado nesses benefícios.

Robert Lucas

Para o discípulo de Friedman, o Consenso de Washington continua correto, o debate sobre juros no Brasil tem foco errado e o Banco Central precisa de autonomia verdadeira

O comissário de Chicago

Por Robinson Borges

Ganhador do Prêmio Nobel de Economia de 1995, Robert Lucas é adepto do grupo conhecido como "Chicago boys", economistas da Universidade de Chicago que defendem com vigor a doutrina neoliberal. Apesar das críticas feitas nos últimos anos ao ideário do "mercado pelo mercado", que deu o tom para as políticas econômicas dos mercados emergentes, Lucas mantém a convicção. Diz que não perderam validade as lições ensinadas por Milton Friedman, o grande mentor da Escola de Chicago e também vencedor do Prêmio Nobel.

Lucas segue a tese de que a política monetária deve indicar metas de inflação de médio prazo e de que, no curto prazo, haveria um certo grau de inflexibilidade nos preços ao consumidor. A utilização destes instrumentos também conduziria o país a acomodar choques reais de agregados imprevistos. Essa teoria é a que prevaleceu na grande maioria dos bancos centrais da América Latina, inclusive no Brasil.



Em entrevista ao Valor, Lucas disse que o Consenso de Washington, conjunto de dez itens que serviram de cartilha para as políticas liberalizantes dos anos 90, não merece reparos, a taxa de juros alta não compromete o crescimento econômico e o Estado deve se manter mínimo. Em sua visão, "nada melhor pode ser feito com relação ao livre comércio e às responsabilidades monetárias e fiscais". O professor também é a favor da redução dos benefícios estatais na área de bem-estar social nos países europeus e nos EUA. E considera muito amenas as propostas do governo americano para tentar resolver o problema. "Seria muito mais radical do que o governo Bush com relação à seguridade social. Acho que a seguridade social deveria ser limitada aos pobres, e não estendida à classe média e aos ricos. Mas essa é uma opinião muito impopular nos EUA", afirma.

Para o professor, o debate em torno das altas taxas de juros praticadas pelo Banco Central do Brasil para controlar a inflação não é necessário. Isso porque não está comprovado que por esse caminho se desaquece a economia. "As evidências de que isso acontece são muito fracas. São as expectativas inflacionárias que elevam tanto as taxas de juros. O Brasil está tentando deixar de ser um país com um enorme problema de inflação para tornar-se um país com um pequeno problema de inflação. Isso é bom", disse Lucas.

Já a autonomia do BC brasileiro merece especial atenção. Para ele, a instituição é, muitas vezes, uma espécie de extensão da política fiscal do governo federal. "Os empréstimos a

juros baixos são concedidos a certos grupos. Isso dificulta a determinação do limite que define a política fiscal. É difícil fazer essa distinção no Brasil. Talvez um Banco Central mais independente ajude."

Robert Lucas, 68 anos, tornou-se um dos intelectuais mais influentes na área de macroeconomia nos anos 70, por ter desenvolvido a teoria das expectativas racionais. Sua tese é de que se as pessoas esperam uma política monetária expansionista e inflação mais alta, elas vão apresentar preços e exigir salários também mais altos. Expectativas a respeito destas políticas futuras, portanto, diminuem a credibilidade dos governantes. Com as expectativas racionais, os agentes tornam-se capazes de antecipar as ações do governo, eliminando o "trade-off" existente entre inflação e desemprego no curto e médio prazos. A melhor maneira de um governo agir sobre a taxa natural de desemprego, argumenta Lucas, seria por meio de elementos pouco previsíveis pelos agentes econômicos. Sua teoria é conhecida como o ponto inicial da escola neoclássica, um contraponto absoluto ao movimento dos neo-Keynesianos. Leia, a seguir, a entrevista concedida por Lucas ao Valor.

Valor: *O mercado tem sido muito sensível aos discursos do presidente do Fed (o Banco Central, americano), Alan Greenspan, sobre o aumento das taxas de juros. Que impacto uma taxa de juros mais alta e elevada de forma rápida teria sobre a economia?*

Lucas: Acho que não é um problema grave. As conseqüências de eventos monetários sobre o crescimento econômico são muito pequenas. Em alguns casos, nem aparecem nos dados. Não estou dizendo que não importa, mas não mudaria nenhuma previsão de crescimento econômico para os EUA com base na declaração de Greenspan.

Valor: *Greenspan também destacou que uma das maiores preocupações mundiais são os déficits gêmeos dos EUA.*

Lucas: Em termos de fatores determinantes do crescimento econômico, isso não é muito importante. Acho que o problema está sendo supervalorizado. Os EUA terão de equilibrar seu orçamento, aumentando impostos e cortando gastos, e isso terá algumas conseqüências. É difícil saber quais serão as conseqüências sem saber quais serão as mudanças na política. Em se tratando de crescimento econômico, é uma questão sem muita importância.

Valor: *Além do Fed, organismos internacionais, como o FMI e o Bird, estão preocupados com os déficits gêmeos e demonstraram esse temor num relatório criticando a política dos EUA.*

Lucas: A política dos EUA certamente está aberta a críticas, mas a questão é se os déficits estão ligados ao crescimento econômico. Qual o país cujo crescimento econômico depende dessa política? O crescimento econômico dos EUA está indo muito bem. Essas políticas podem estar erradas, mas não parecem prejudicar nosso crescimento econômico.

Valor: *Que conseqüências a desvalorização do dólar pode gerar?*

Lucas: A melhor política para qualquer país é manter taxas de câmbio flutuantes, evitar o controle de capitais e deixar que o mercado determine se uma moeda vai subir ou cair em

relação a outra. O verdadeiro problema surge quando se tenta controlar as taxas de câmbio.

Valor: *A China deve mudar sua política cambial, como querem os EUA?*

Lucas: Esse é um problema chinês, e não americano. A importação de produtos chineses é muito grande porque a força de trabalho da China não é muito bem remunerada e está se especializando cada vez mais. É um ótimo lugar para se encontrar produtos manufaturados a baixos custos. Mas isso não é problema, acho que é uma vantagem, tanto para a China quanto para o resto do mundo.

Valor: *O senhor é considerado um "Chicago boy", um dos mais proeminentes representantes da escola de Chicago, conhecida por sua orientação favorável ao livre comércio. Mesmo depois de todas as críticas a essa escola do pensamento, é possível manter a fé num Estado mínimo e num mercado regulado pelo mercado?*

Lucas: Não há o que aprimorar no Consenso de Washington, por exemplo. Eu o admiro e avalio que nada melhor pode ser feito com relação ao livre comércio e às responsabilidades monetárias e fiscais. Neste sentido, acho que as questões são sempre as mesmas.

Valor: *Em entrevista ao Valor, John Williamson, "pai" do Consenso de Washington, disse que as instituições são fundamentais para equilibrar o peso do Estado e do mercado. O sr. não compartilha com ele essa revisão do consenso?*

Lucas: Todos os países da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) têm as mesmas instituições, somos essencialmente sociedades do mesmo tipo. Existem diferenças na dimensão dos Estados de bem-estar social, que são maiores na Europa do que nos EUA. Mas as diretrizes políticas e econômicas básicas são as mesmas. Há uma certa flexibilidade com relação à "quantidade" de Estado que se quer utilizar, mas me parece um bom conjunto de diretrizes para conduzir a política monetária e fiscal. Então, qual é o problema? Quando economistas como Douglass North (ver entrevista na pág. 8) falam em instituições, estão se referindo à Arábia Saudita, à Nigéria, países que ainda não possuem uma democracia estável e em bom funcionamento.

Valor: *Mas na Argentina, por exemplo, há uma crítica feroz de economistas, da opinião pública e da classe política contra a privatização dos anos 90 e as orientações do Fundo Monetário Internacional. Muitos culpam a minimização do Estado pelo desempenho econômico desastroso.*

Lucas: Gosto muito mais da política econômica antiga da Argentina do que da nova política. Mas, no que se refere às instituições, como você mencionou, elas dependem de quais partidos estão no controle e do uso que fazem das instituições. Politicamente, se comparada com 20 anos atrás, pode-se dizer que a Argentina é uma democracia funcional, é um país livre. Pode-se dizer qualquer coisa, escrever qualquer coisa nos jornais, não há censura. Tem todas as liberdades que o resto de nós está acostumado a ter.

Antes de os juros caírem, "pode levar anos até os brasileiros confiarem no fato de que vivem num ambiente de baixa inflação"

Valor: *Também seguindo orientações do FMI, o Brasil adotou políticas econômicas ortodoxas, como a aplicação da mais alta taxa de juros do mundo, de quase 20%.. Muitos avaliam que estas medidas financeiras funcionam no curto prazo, contra o investimento na produção...*

Lucas: As pessoas se preocupam com a inflação no Brasil e estão certas. Acho que a política monetária deve se concentrar na inflação. Metas de preços ao consumidor devem ser baixas. Não vejo nenhum motivo para se permitir a alta de preços. Não estou dizendo que a taxa de juros não importa, mas não mudaria nenhuma previsão de crescimento econômico.

Valor: *As taxas de juros altas não desaquecem a economia?*

Lucas: As evidências de que isso acontece são muito fracas. São as expectativas inflacionárias que elevam tanto as taxas de juros. O Brasil está tentando deixar de ser um país com um enorme problema de inflação, para tornar-se um país com um pequeno problema de inflação. Isso é bom.

Valor: *Quanto tempo o Brasil levará para mudar essa expectativa inflacionária?*

Lucas: Essa análise não é minha. É de Thomas Sargent, da Universidade de Nova York. Ele observa que a credibilidade é fundamental para o comportamento da inflação. Todos no Brasil achavam que, se a inflação acabasse, a taxa de juros não seria de 20%, mas de 6%. Mas as pessoas acreditam naquilo em que acreditam. Pode levar anos até os brasileiros passarem a confiar no fato de que vivem num ambiente de baixa inflação. Somente quando isso acontecer as taxas de juros cairão.

Valor: *O que seria um Estado mínimo?*

Lucas: Sou favorável ao livre mercado. Acho que o Estado de bem-estar social foi longe demais nos EUA e muito mais na Europa Ocidental, porque lá os Estados são muito maiores. Essa é a principal razão pela qual há uma diferença de 30% entre a renda da Europa Ocidental e a dos EUA. Não deveria haver diferença, uma vez que somos parte da mesma sociedade, de certa forma. Por que a França deveria ter uma produção correspondente a 70% da produção dos EUA? Acho que é porque seu Estado de bem-estar social é um dreno para a economia.

Valor: *Como o senhor resolveria a questão do Estado de bem-estar social, que está hoje em debate na Europa e nos EUA?*

Lucas: A idéia de aumentar os impostos para os ricos sem o Estado abrir mão de nada é um erro grave. Temos de coibir os impostos efetivos. É preciso manter algum tipo de imposto de taxa fixa, para que as pessoas bem-sucedidas economicamente possam manter uma grande parcela do dinheiro que conseguiram. Eu seria muito mais radical do que o governo Bush com relação à seguridade social. Acho que a seguridade social deveria ser limitada aos pobres, e não estendida à classe média e aos ricos. Mas essa é uma opinião muito impopular nos EUA. Agora há uma discussão sobre privatização do sistema. Acho que é uma coisa boa para se fazer, mas não será uma mudança dramática. É uma pequena variação do programa de seguridade social existente. Acho que precisamos de uma grande mudança na natureza desse programa.

Valor: *De que modo o crescimento pode ser sustentado e por que as taxas de crescimento diferem de um país para outro?*

Lucas: Em se tratando de mudanças anuais, tudo pode acontecer. As taxas de longo prazo nos países da OCDE são muito parecidas, a variação da renda média per capita costuma ficar em torno de 2% durante um período de vários anos. Talvez um pouco mais ou um pouco menos do que isso, mas nenhum país tem taxas de crescimento de 10%, como a China, porque essas são taxas de países em ascensão. Os países ricos nunca terão taxas como essa novamente. Nunca tiveram. E há enormes taxas negativas em lugares como o Irã. Esses países são desordenados. No entanto, entre os países avançados, existem muitas semelhanças com relação às taxas de crescimento.

Valor: *O senhor já disse que o grau de desigualdade entre as sociedades atingiu níveis sem precedentes e que existe um abismo entre os países em desenvolvimento e os mercados modernos. Quais razões históricas determinaram essas diferenças e como seria possível reduzi-las?*

Lucas: As razões históricas são muito simples. A renda per capita na Europa e nas Américas vem crescendo em taxas sustentadas de aproximadamente 2% ao ano há dois séculos, ao passo que os padrões de vida na África e no Sul da Ásia permaneceram mais ou menos estacionários. Mas os países estagnados foram aderindo à revolução industrial. Exemplos disso são Taiwan, Japão, Hong Kong e agora China e Índia. A América Latina não é, nem de longe, tão pobre quanto os países pobres da África. E o Chile mantém um crescimento sustentado há muito tempo. Acho que o Brasil não está tão mal no momento, também. O comércio exterior tem um papel muito importante. A China está crescendo porque abriu seu sistema - embora ainda não completamente. Hong Kong vem comerciando com o resto do mundo há 50 anos e hoje é um dos países mais ricos.

Valor: *Outra questão importante que está sendo discutida no Brasil é a autonomia do Banco Central. Qual a vantagem de um BC autônomo?*

Lucas: A política do Banco Central no Brasil é muitas vezes uma espécie de extensão da política fiscal. Os empréstimos a juros baixos, por exemplo, são concedidos a certos grupos. Isso dificulta a determinação do limite que define a política fiscal. É difícil fazer essa distinção no Brasil. Talvez um Banco Central mais independente ajude. No entanto, em qualquer país, política monetária e política fiscal estão atreladas até certo ponto. É só uma questão de grau.

Valor: *Quando começou a estudar economia, o modelo keynesiano era predominante. Mais tarde, o senhor se tornou uma figura importante entre os novos pensadores clássicos, passando a criticar a doutrina keynesiana. Por quê?*

Lucas: A economia keynesiana foi uma reação à crise da década de 1930, que exigia uma reação - foi uma crise terrível para as economias capitalistas, e Keynes reagiu. Mas isso foi há 75 anos. Agora, faz 60 anos que os EUA e a Europa não atravessam nenhuma depressão significativa. Sendo assim, o tipo de estagnação com a qual Keynes se preocupava não aconteceu. Estamos todos crescendo em um ritmo bom. Portanto, os problemas que a economia keynesiana visava solucionar parecem estar resolvidos. Estamos lidando com outras questões, como comércio exterior, globalização e crescimento econômico de longo prazo.

Valor: *O modelo keynesiano só vale para períodos de crises graves?*

Lucas: Algo tinha de ser feito com relação à Grande Depressão, e Keynes propôs políticas consistentes com o liberalismo e o mercado. Acho que foi muito melhor do que uma associação a Stalin e Hitler, que reagiram ao mesmo evento adotando um controle extremamente centralizado. Nós nos saímos muito melhor.

Adolfo Pérez Esquivel

O ativista dos direitos humanos argentino elogia Lula e critica Kirchner por preferir "fogo de artifício" a soluções efetivas para a economia

Por trás desses números todos

Por Paulo Braga De Buenos Aires

A maneira como se administra a economia de um país não está isolada da questão dos direitos humanos e é essencial que essa relação seja levada em conta por aqueles que têm em suas mãos o poder político.

"O que é a economia? Não se trata apenas de somar e subtrair. Por trás dessas somas, há rostos de homens, mulheres e crianças que estão nos questionando, nos interpelando em relação à sua situação", afirma o argentino Adolfo Pérez Esquivel, o arquiteto e escultor católico que fundou em 1974 o Serviço de Paz e Justiça, onde nos anos seguintes se concentrou a resistência não-violenta ao regime militar argentino (1976-83). A repercussão do trabalho fez com que ele passasse a integrar o grupo de cinco argentinos agraciados até hoje com o Prêmio Nobel.



Em sua opinião, os direitos humanos são uma parte indivisível dos direitos econômicos, sociais e culturais. "A questão não se restringe apenas a tortura, assassinatos e desaparecimentos. Como podemos defender a vida se há crianças morrendo de fome? A economia não é uma abstração, tem uma incidência sobre a vida das pessoas, na qualidade de vida", observa Esquivel.

A defesa de sua tese tem antecedentes. Ele acredita que é preciso esclarecer os reais motivos dos militares argentinos durante a ditadura. Para Esquivel, as forças armadas não cometeram os crimes de que são acusadas por desvario. "Se eles saíram matando foi para impor um projeto econômico, político, cultural às sociedades."

A urgência vivida durante a ditadura militar, de salvar vidas, cedeu lugar a um trabalho que inclui o apoio a comunidades indígenas, a mulheres, a sem-terra e a meninos de rua. Mas, passados 25 anos desde que recebeu o Nobel da Paz por sua denúncia das violações aos direitos humanos cometidas pelos militares argentinos, Esquivel acredita que o mesmo "projeto econômico, político e cultural que apoiou os militares, patrocinado pelos Estados Unidos, continua vigente".

Para melhorar as condições de vida da população de seu país e do restante da América Latina, Esquivel recomenda o caminho do fortalecimento das alianças locais, para

umentar o peso da região no diálogo com Washington, e propõe que a legitimidade da dívida externa seja questionada judicialmente.

Ao mesmo tempo, Esquivel mantém um discurso conciliador, se distancia da "esquerda panfletária" e faz elogios ao presidente brasileiro Luiz Inácio Lula da Silva, que, diz, tem de atuar com cautela porque herdou "um enorme elefante em uma loja de cristais".

Em contraste, Esquivel faz críticas pesadas ao presidente argentino, Néstor Kirchner, mas afirma que quer que seu governo tenha êxito, porque o fracasso de sua gestão seria "o fracasso do país".

Vestindo um suéter de aparência gasta, com um broche de dois fuzis cruzados, quebrados ao meio, Esquivel, 74 anos, recebeu a reportagem do Valor no sobrado simples do tradicional bairro portenho de San Telmo, onde fica a sede de sua organização, Serviço de Paz e Justiça.

Leia, a seguir, os principais trechos da entrevista.

Valor: *Um dos argumentos para justificar a dura proposta argentina de reestruturação da dívida em default foi a necessidade de priorizar as necessidades internas do país em detrimento do pagamento aos credores. O senhor crê que esse caso pode levar a uma modificação nos parâmetros de negociação entre devedores e credores, contemplando o aspecto social?*

Adolfo Pérez Esquivel: Acredito que tudo que o governo argentino fez é mais fogo de artifício que realidade. Isso porque continuam os pagamentos de uma dívida externa imoral, injusta e viciada em suas raízes. Não se resolveu o problema de fundo.

Valor: *E qual é o problema de fundo, na sua opinião?*

Esquivel: Cito alguns antecedentes: quando os militares derrubaram o governo de Isabel Perón, em 1976, o governo argentino tinha aproximadamente US\$ 8 bilhões de dívida externa. Quando os militares entregaram o governo, por outro lado, a dívida chegava a US\$ 45 bilhões. Antes de a ditadura militar entregar o governo, o presidente do Banco Central da Argentina era Domingo Cavallo [que foi o ministro da Economia responsável pela criação do regime de conversibilidade]. Como presidente do Banco Central, Cavallo transformou dívida privada, de empresas e até de companhias internacionais em dívida do Estado. Foi transferida ao povo e nós estamos pagando. [Sob a presidência de Cavallo, o BC instituiu um "seguro de câmbio", pelo qual o Estado assumiria parcialmente as perdas sofridas por empresas em função de uma desvalorização cambial]. Um advogado, Alejandro Olmos, que morreu há cinco anos, iniciou um processo pela dívida externa na Justiça argentina. Esse processo durou quase duas décadas, 18 anos. Quando o juiz do caso, Jorge Ballesteros, ditou sua sentença, não pôde prender ninguém: algumas pessoas tinham morrido, os prazos da Justiça tinham vencido. No entanto, o juiz Jorge Ballesteros fez uma coisa muito importante: mandou tudo para o Parlamento, apresentou 470 casos de irregularidades na dívida. Há quatro anos, deputados e senadores engavetaram toda a informação. Propomos como alternativa levar o problema à Corte Internacional de Haia, para determinar o que é legítimo e ilegítimo na dívida argentina.

Valor: *No entanto, o senhor acha que, em termos realistas, é possível levar esse processo para a Corte Internacional de Justiça, em Haia, na Holanda?*

Esquivel: Sim, e temos experiência com isso. O governo nicaraguense processou o governo dos Estados Unidos em Haia por invadir a Nicarágua e em 1986 a corte condenou os Estados Unidos a pagar uma indenização. É claro que depois disso o governo nos Estados Unidos foi se demorando, como é seu costume, até que mudou o governo da Nicarágua. E aí houve um acordo com o governo da presidente Violeta Chamorro [que governou entre 1990 e 1997] para deixar a sentença sem efeito. Mas a sentença do tribunal internacional de Haia diz que os Estados Unidos são responsáveis e têm de pagar. Se vários países da América Latina se unirem, podem chegar a pedir um esclarecimento na corte sobre o que é legítimo e ilegítimo em suas dívidas.

Valor: *Existe alguma articulação para tentar chegar a isso? Fora os movimentos sociais, há respaldo de governos?*

Esquivel: Para ir à corte de Haia, tem de ser os Estados. Nós discutimos essa questão muitas vezes na Casa Rosada, na chancelaria. Eles estão obcecados com isso que fizeram, com o default... Mas qual a vantagem disso? É um círculo perverso. Acredito que o problema da dívida tem de ser abordado de um ponto de vista jurídico. Porque até hoje estão pedindo ao Haiti que pague a dívida externa, por exemplo, e não lhes interessa que eles sejam o povo mais miserável de todo o continente. O que é a economia? Não é apenas somar e subtrair. Por trás dessas somas, há rostos de homens, mulheres e crianças que estão nos questionando, nos interpelando em relação à sua situação. Como pode ser que na Argentina, um país riquíssimo, haja milhões de pessoas que estão abaixo da linha de pobreza?

Valor: *O senhor vê relação direta entre a política econômica e os direitos humanos?*

Esquivel acredita que "o projeto econômico, político e cultural que apoiou os militares, patrocinado pelos EUA, continua vigente"

Esquivel: Totalmente. Os direitos humanos são uma parte indivisível dos direitos econômicos, sociais e culturais. A questão não se restringe apenas a torturas, assassinatos e desaparecimentos. Como podemos defender a vida se há crianças morrendo de fome? A economia não é uma abstração, tem uma incidência sobre a vida das pessoas, na qualidade de vida.

Valor: *O principal aspecto do seu trabalho foi a luta contra a ditadura militar argentina....*

Esquivel: Não. Nós trabalhamos em toda a América Latina, muito antes da ditadura militar. Trabalhamos com povos indígenas, organizações populares, camponeses sem terra, como o Movimento dos Trabalhadores sem Terra do Brasil. Trabalhamos na área de

educação. Quando vimos a aplicação da doutrina de segurança nacional dos Estados Unidos na América Latina, logicamente tivemos que tomar a frente, porque o objetivo central era salvar vidas. O que nós temos de pensar é o seguinte: os militares não saíram matando gente porque haviam ficado loucos. Se eles saíram matando foi para impor um projeto econômico, político, cultural às sociedades. Depois da queda das ditaduras, essa política continua.

Valor: *O presidente Néstor Kirchner tem dado sinais de que discorda do modelo liberal colocado em prática na Argentina nos anos 90. Como o senhor vê sua atuação?*

Esquivel: Esse modelo neoliberal realizou alguns atos importantes na Argentina, que outros governos não quiseram realizar, em termos de política de direitos humanos. Teve atitudes valentes e decididas. Mas é muito mais complexo na parte econômica. Apesar de a economia estar se recuperando, há muitas dificuldades a serem enfrentadas. Todos esses passos são muito ambíguos. Uma coisa é o discurso, outra é a prática. São muito contraditórias. Todos os jornais publicam que George Walker Bush felicita Néstor Kirchner pela situação econômica. Claro, porque ele paga religiosamente ao Fundo Monetário Internacional (FMI). O mesmo está fazendo Luiz Inácio Lula da Silva.

Valor: *Parte da esquerda brasileira se mostrou decepcionada com o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O senhor não acha que a necessidade de não ser punido pelo mercado acaba condicionando as ações de um governo?*

Esquivel: Primeiro, acho que desse problema nenhum país vai escapar sozinho. Por isso, estão tratando de fortalecer acordos regionais, políticas de conjunto. Conheço Lula há muitos anos, do movimento sindical do ABC e quando começava a organizar o Partido dos Trabalhadores (PT). Frei Betto disse uma coisa muito interessante em relação a Lula: "ele chegou ao governo, mas não ao poder". Há responsabilidades de Estado, deixadas pelos governos anteriores, não apenas o do presidente Fernando Henrique Cardoso, que quem assumiu não pode modificar de repente. Isso é o que muitos setores da sociedade brasileira não entendem, como não entendem aqui também.

Valor: *E o senhor entende?*

Esquivel: Entendo. É mais ou menos como receber uma herança, e a herança consiste em um elefante dentro de uma loja de cristais. No entanto, com todas as dificuldades que tem, que não são poucas, o Brasil soube preservar a infraestrutura do país, as indústrias. O empresário brasileiro tem mais consciência nacional que o argentino e tem uma capacidade de prevenir-se, enquanto aqui eles têm a capacidade de especular. Outra coisa que se nota no governo de Lula é que ele evidentemente sabe que não há um processo revolucionário, é um processo de transformação social, que leva tempo. Falando da Argentina, tenho uma posição crítica em relação ao governo de Néstor Kirchner, mas olhe o que escrevi no final de um artigo: "É necessário que o governo desça do palco e tenha a humildade de escutar as diversas vozes da sociedade que vêm contribuindo com saídas viáveis, antes que seja tarde. Não queremos que o governo fracasse, porque seria o fracasso do país."

Valor: *Quando o governo de Fernando De la Rúa caiu, em dezembro de 2001, houve uma grande mobilização popular, com os painelaços e uma reivindicação de renovação da*

classe política. Não se renovou, entretanto, a política e as manifestações cessaram. Por que o senhor acha que isso ocorreu?

Esquivel: Porque não há formação política. Aqui faltam duas gerações que teriam feito a renovação, e foram as duas gerações que foram mortas: as vítimas da ditadura e da Guerra das Malvinas. Há um espaço social, intelectual e político que não existe. Há outra coisa que não se leva em conta: o exílio, não apenas político, mas o exílio voluntário de muitos cientistas, técnicos e profissionais que foram embora do país e não vão voltar mais. Há um vazio muito grande, os que não estão aqui são as pessoas que teriam de estar atuando na política, nos centros de pesquisa científica, nos programas de desenvolvimento. Há outros que dizem que não querem se envolver, porque houve um grande desgaste pela maneira como se exerce a política. Kirchner hoje tem que fazer alianças com o que há de pior no peronismo. Existe só um partido, não há oposição. Quando se olha para as províncias, que têm senhores feudais que se reelegem permanentemente... Isto degenera em uma "democradura", como afirma Eduardo Galeano, mais do que em uma democracia. Não se sabe o que são os partidos de esquerda. Há uma esquerda que é lúcida, que está em um trabalho de transformação. Há outra que é panfletária, e isso é funcional ao sistema de opressão.

Valor: *E essa primeira esquerda não existe na Argentina?*

Esquivel: Há uma fratura ideológica, de pensamento. Este é um país bastante fragmentado. Se dois argentinos se reúnem, formam-se três partidos políticos.

Valor: *Que tipo de diálogo o senhor acha ser possível entre os Estados Unidos e os países da América Latina?*

Esquivel: Um diálogo que respeite o direito de soberania dos povos. Nós não somos respeitados. Nos Estados Unidos há muita gente solidária com a América Latina, mas as políticas do governo não o são. A imposição da Área de Livre Comércio das Américas (Alca), a dívida externa, as bases militares em todo o continente, o Plano Colômbia. Com que direito os Estados Unidos bloqueiam Cuba por mais de 40 anos? Como podemos estar de acordo com isso? No entanto, é claro que é necessário abrir um espaço de diálogo com os Estados Unidos, encontrar os caminhos de cooperação, de respeito mútuo, não de imposição.

Valor: *O senhor considera, portanto, que uma maior coesão da região é o único modo de enfrentar os Estados Unidos?*

Esquivel: Acho que é preciso mudar as relações com os Estados Unidos. Não queremos um inimigo. Queremos que os Estados Unidos compreendam o direito de autodeterminação dos povos, de relações mais justas. Os Estados Unidos se transformaram em um império. Em 1960, o presidente John F. Kennedy discursou na Organização da Nações Unidas (ONU) e, usando palavras de Lincoln, disse que se os Estados Unidos não tivessem a capacidade de articular políticas de amizade e cooperação com outros povos, iam sofrer sua própria autodestruição.

Valor: *Na sua trajetória de 40 anos, depois de todos os problemas que teve de enfrentar, o que o motiva a continuar?*

Esquivel: Muitas coisas. Uma é que os povos latino-americanos estão deixando de ser espectadores e passam a protagonistas de sua própria história. Os movimentos de indígenas, as organizações populares, os movimentos de mulheres, todos eles são sinais alentadores de que é preciso continuar na batalha. E há uma coordenação disso em nível mundial. Há um esgotamento de uma forma de fazer política, essa forma de democracia, delegar o poder aos que nos governam, já não serve mais. Estamos no processo de construir uma democracia participativa, e também de economia solidária, com cooperativas e um comércio justo. Porque, se não é assim, a economia se torna opressora, não libertadora.